

# Como se defender da acusação de crimes tributários: dicas e estratégias

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | julho 7, 2024



Crimes tributários são aqueles cometidos contra a ordem tributária e econômica do país, como sonegação fiscal, fraude em declarações, falsificação de documentos e outras práticas ilegais. Quando acusado de um crime tributário, é importante saber como se defender para evitar consequências graves, como multas pesadas, prisão e até mesmo a perda de bens. Neste artigo, serão apresentadas algumas estratégias e direitos do acusado para ajudar na defesa contra acusações de crimes tributários.

Uma das primeiras coisas que o acusado deve fazer é entender os crimes tributários e seus elementos. Isso inclui saber quais são as leis tributárias aplicáveis, como elas funcionam e quais são as penalidades associadas. Além disso, é importante conhecer seus direitos e garantias como acusado, incluindo o direito ao contraditório, ampla defesa e presunção de inocência. Com esse conhecimento, o acusado pode começar a desenvolver sua estratégia de defesa.

Outra etapa importante na defesa contra acusações de crimes tributários é a coleta de documentação e provas que possam ajudar a comprovar sua inocência. Isso inclui documentos fiscais, comprovantes de pagamento, registros contábeis e qualquer outra evidência que possa ser útil para a defesa. Além disso, é possível negociar acordos com o Ministério Público para reduzir as penalidades ou até mesmo evitar a condenação. Com uma boa estratégia de defesa, o acusado pode aumentar suas chances de sucesso no processo judicial.

## **Principais pontos**

- Entender os crimes tributários e seus elementos é fundamental para desenvolver uma estratégia de defesa eficaz.
- Coletar documentação e provas que possam comprovar a inocência do acusado é uma etapa importante na defesa contra acusações de crimes tributários.
- Negociar acordos com o Ministério Público pode ajudar a reduzir as penalidades ou evitar a condenação.

## **Entendendo os Crimes Tributários**

### **Definição e Tipificação**

Os crimes tributários são aqueles que violam as leis fiscais e tributárias. Eles podem ser cometidos por pessoas físicas ou

jurídicas e podem incluir a sonegação de impostos, a falsificação de documentos fiscais, a omissão de informações relevantes nas declarações fiscais e a utilização de informações falsas para obter benefícios fiscais.

No Brasil, a legislação tributária define os crimes tributários e estabelece as penalidades para aqueles que os cometem. Os crimes tributários são tipificados em diferentes leis, como a Lei de Crimes Fiscais, a Lei de Lavagem de Dinheiro e a Lei de Sonegação Fiscal.

## **Exemplos Práticos**

Um exemplo de crime tributário é a omissão de informações relevantes nas declarações fiscais. Por exemplo, se uma empresa não informar corretamente o valor de suas receitas, ela estará cometendo um crime tributário. Outro exemplo é a falsificação de documentos fiscais, como notas fiscais, para evitar o pagamento de impostos.

Além disso, a utilização de informações falsas para obter benefícios fiscais também é considerada um crime tributário. Por exemplo, se uma empresa apresenta informações falsas em sua declaração de imposto de renda para obter uma dedução fiscal, ela estará cometendo um crime tributário.

É importante lembrar que os crimes tributários são considerados crimes contra a ordem tributária e podem resultar em penalidades severas, como multas e prisão. Por isso, é essencial que as pessoas e empresas estejam cientes das leis tributárias e evitem qualquer tipo de violação.

## **Direitos e Garantias do Acusado**



## **Princípio da Presunção de Inocência**

O princípio da presunção de inocência é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Ele estabelece que toda pessoa acusada de um crime é considerada inocente até que se prove o contrário, ou seja, até que haja uma sentença condenatória transitada em julgado.

Isso significa que o ônus da prova cabe ao Ministério Público ou à autoridade que acusa o indivíduo, e não ao acusado. Portanto, é importante lembrar que a pessoa acusada não precisa provar sua inocência, mas sim a acusação precisa provar sua culpa.

## **Assistência Jurídica**

Outro direito fundamental do acusado é a assistência jurídica gratuita, garantida pela Constituição Federal e pela Lei nº 1.060/1950. Isso significa que toda pessoa que não possuir recursos financeiros para custear um advogado tem o direito de ser assistida por um defensor público ou por um advogado dativo, nomeado pelo juiz.

Além disso, é importante destacar que o advogado é um profissional indispensável à administração da justiça, conforme estabelecido pelo artigo 133 da Constituição Federal. Ele tem como função garantir que o acusado tenha um julgamento justo e imparcial, além de assegurar que seus direitos sejam respeitados durante todo o processo penal.

Portanto, caso seja acusado de um crime tributário, é fundamental que o indivíduo busque imediatamente a assistência de um advogado especializado na área, a fim de garantir seus direitos e garantias constitucionais.

## **Estratégias de Defesa**

### **Análise de Procedimentos Fiscais**

Uma das estratégias mais comuns para se defender de acusações de crimes tributários é a análise minuciosa dos procedimentos fiscais. É importante verificar se todas as etapas foram cumpridas de acordo com as normas legais. Caso seja identificada alguma irregularidade, é possível questionar a validade das provas obtidas e, conseqüentemente, a acusação.

### **Arguição de Nulidades**

Outra estratégia possível é a arguição de nulidades. Isso significa questionar a validade de determinados atos processuais, como a falta de intimação ou a ausência de fundamentação em uma decisão judicial. Caso seja comprovada a nulidade, a acusação pode ser anulada ou até mesmo arquivada.

### **Tese de Exclusão de Culpaabilidade**

Por fim, uma terceira estratégia é a tese de exclusão de culpaabilidade. Nesse caso, o acusado argumenta que não teve a intenção de cometer o crime tributário ou que não tinha conhecimento da irregularidade. Para isso, é necessário

demonstrar que houve ausência de dolo ou culpa por parte do acusado.

É importante ressaltar que as estratégias de defesa devem ser elaboradas de forma personalizada, levando em consideração as particularidades de cada caso. Além disso, é fundamental contar com o auxílio de um advogado especializado em direito tributário para garantir uma defesa eficaz.

## Documentação e Provas



## Gestão de Documentos Fiscais

A gestão adequada de documentos fiscais é essencial para se defender de acusações de crimes tributários. É importante manter todos os documentos fiscais organizados e atualizados, incluindo notas fiscais, recibos, guias de recolhimento de impostos e comprovantes de pagamento.

Para facilitar a gestão de documentos fiscais, é recomendável utilizar softwares de gestão fiscal, que permitem armazenar e gerenciar de maneira eletrônica todos os documentos fiscais da

empresa.

## **Coleta e Preservação de Provas**

A coleta e preservação de provas é fundamental para a defesa em casos de crimes tributários. É importante coletar todas as provas que possam ser relevantes para a defesa, como documentos fiscais, contratos, notas fiscais, recibos, guias de recolhimento de impostos, comprovantes de pagamento, entre outros.

Além disso, é essencial preservar as provas coletadas de forma adequada, garantindo sua integridade e autenticidade. Para isso, é recomendável utilizar técnicas de preservação de evidências, como a digitalização de documentos, a utilização de selos de autenticidade e a guarda em locais seguros e controlados.

## **Negociação e Acordos**

### **Acordos de Leniência**

Os Acordos de Leniência são uma forma de colaboração premiada que permite a redução ou isenção de pena para empresas ou indivíduos que colaborarem com as autoridades em investigações de crimes contra a ordem tributária. Em troca da colaboração, a empresa ou indivíduo pode ter a pena reduzida em até 2/3 ou até mesmo ser isento de pena.

Para fazer um acordo de leniência, é necessário que a empresa ou indivíduo admita a prática do crime e colabore com as autoridades, fornecendo informações e provas que ajudem nas investigações. Além disso, é necessário que a empresa ou indivíduo se comprometa a adotar medidas para evitar a prática de novos crimes.

# Transação Tributária

A Transação Tributária é outra forma de negociação que permite a regularização de dívidas tributárias com descontos e parcelamentos especiais. A transação pode ser feita tanto com a Receita Federal quanto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Para fazer uma transação tributária, é necessário que a empresa ou indivíduo apresente uma proposta de pagamento da dívida, com descontos e parcelamentos especiais. A proposta será avaliada pelas autoridades e, se aceita, a dívida será regularizada de acordo com as condições estabelecidas na proposta.

Em resumo, tanto os Acordos de Leniência quanto as Transações Tributárias são formas de negociação que podem ajudar empresas e indivíduos a se defenderem de acusações de crimes tributários. No entanto, é importante lembrar que essas formas de negociação devem ser feitas com cautela e sempre com a ajuda de um advogado especializado em direito tributário.

## Atuação no Processo Judicial

### Fases do Processo

Durante o processo judicial de crimes tributários, há diversas fases que devem ser cumpridas. A primeira delas é a fase de investigação, na qual são coletadas provas e evidências que possam embasar a acusação. Em seguida, há a fase de denúncia, na qual o Ministério Público apresenta a acusação formal ao juiz.

Após a denúncia, há a fase de instrução, na qual as partes apresentam suas provas e depoimentos são colhidos. Em seguida, há a fase de alegações finais, na qual as partes apresentam suas argumentações finais. Por fim, há a fase de sentença, na qual o juiz decide se o réu é culpado ou inocente.



# **Recursos e Apelações**

Caso o réu seja condenado, é possível recorrer da decisão. O primeiro recurso é o de apelação, que é apresentado ao Tribunal de Justiça. Caso a apelação seja negada, é possível apresentar um recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.

Além disso, é possível apresentar um recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, desde que sejam preenchidos os requisitos legais para tal. É importante ressaltar que os recursos devem ser apresentados dentro do prazo legal e fundamentados de forma clara e objetiva.

Em resumo, a atuação no processo judicial de crimes tributários requer conhecimento técnico e estratégico para garantir a melhor defesa possível ao réu. É importante seguir as fases do processo e apresentar os recursos cabíveis dentro do prazo legal.

# **Consequências da Acusação**

## **Impactos Administrativos**

A acusação de crimes tributários pode gerar diversas consequências administrativas. Uma delas é a impossibilidade de obter certidões negativas de débito, o que pode impedir a empresa de participar de licitações ou de realizar operações de crédito. Além disso, a empresa pode ser incluída no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o que pode afetar sua reputação no mercado.

Outra consequência é a aplicação de multas e juros sobre o valor devido, o que pode aumentar consideravelmente o montante a ser pago. Além disso, a empresa pode ser obrigada a recolher os tributos em atraso, o que pode comprometer sua saúde financeira.

## Repercussões Penais

A acusação de crimes tributários também pode gerar repercussões penais. Dependendo da gravidade do delito, o empresário pode ser condenado a penas que vão desde a prestação de serviços comunitários até a prisão em regime fechado.

Além disso, a empresa pode ser responsabilizada criminalmente, o que pode gerar multas e até mesmo a interdição das atividades. Por isso, é importante que o empresário esteja atento às suas obrigações tributárias e busque sempre a orientação de profissionais especializados para evitar problemas com a Justiça.

## Prevenção de Acusações Futuras



## Compliance Tributário

Uma forma eficaz de prevenir acusações futuras de crimes tributários é implementar um programa de compliance tributário. Isso envolve a criação de políticas e

procedimentos internos que garantam que a empresa esteja em conformidade com as leis tributárias aplicáveis.

Um programa de compliance tributário bem-sucedido deve incluir a designação de um responsável pela área tributária, a criação de um código de conduta para os funcionários, a realização de treinamentos periódicos e a revisão regular dos processos internos da empresa.

## **Educação Continuada**

Outra forma de prevenir acusações futuras é por meio da educação continuada. A legislação tributária está em constante mudança, e é importante que os profissionais da área estejam atualizados sobre as novas regras e regulamentações.

Os funcionários da empresa devem ser incentivados a participar de cursos e treinamentos para se manterem atualizados sobre as mudanças na legislação tributária. Além disso, é importante que a empresa tenha um programa de treinamento interno para garantir que todos os funcionários estejam cientes das políticas e procedimentos internos relacionados à tributação.

Ao implementar essas medidas preventivas, a empresa pode reduzir significativamente o risco de acusações futuras de crimes tributários.

## **Perguntas Frequentes**

### **Quais são as penalidades para quem comete crimes contra a ordem tributária?**

Quem comete crimes contra a ordem tributária pode estar sujeito a diversas penalidades, como multas, prisão e até mesmo a perda do direito de exercer atividades comerciais. As penalidades podem variar de acordo com a gravidade do crime cometido e a legislação aplicável.

## **Como funciona a defesa preliminar em casos de acusação de crime contra a ordem tributária?**

A defesa preliminar é uma das fases do processo penal em que o acusado tem a oportunidade de apresentar sua defesa antes do recebimento da denúncia. Nessa fase, o acusado pode apresentar documentos e argumentos que possam comprovar sua inocência ou minimizar a gravidade da acusação.

## **Quais teses de defesa podem ser utilizadas em acusações de crimes tributários?**

Existem diversas teses de defesa que podem ser utilizadas em casos de acusação de crimes tributários, como a ausência de dolo, a inexistência do fato, a prescrição, a atipicidade da conduta, entre outras. A escolha da tese de defesa mais adequada dependerá das circunstâncias do caso e da análise da legislação aplicável.

## **De que forma a Lei 8.137/90 é aplicada em casos de crimes tributários?**

A Lei 8.137/90 é a legislação que define os crimes contra a ordem tributária e estabelece as penalidades aplicáveis. Essa lei é aplicada em casos de sonegação fiscal, fraude fiscal, falsificação de documentos fiscais, entre outros crimes relacionados à arrecadação de tributos.

## **Como se caracteriza o dolo em crimes contra a ordem tributária?**

O dolo é caracterizado pela vontade consciente e livre de cometer o crime. Em casos de crimes contra a ordem tributária, o dolo pode ser caracterizado pela intenção de sonegar

impostos, fraudar a fiscalização ou falsificar documentos fiscais. A ausência de dolo pode ser uma tese de defesa utilizada pelo acusado.

## **Quem são os responsáveis legais em casos de sonegação fiscal?**

Em casos de sonegação fiscal, os responsáveis legais são as pessoas físicas ou jurídicas que deixam de pagar os tributos devidos ou que prestam informações falsas à fiscalização. Além disso, os contadores e demais profissionais que participam da elaboração das declarações fiscais também podem ser responsabilizados em caso de irregularidades.